



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

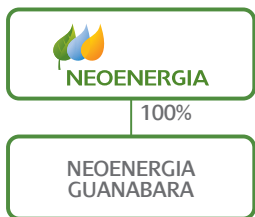
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
Ao apresentar os resultados de 2021, a Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

1. A NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

A Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

1.1. **Estrutura Societária:** Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado do Rio de Janeiro, compostas pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão terminal Rio – Lagos, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227 km, com origem na subestação terminal Rio e término na subestação Lagos; pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão Lagos – Campos 2, em 500kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 101km, com origem na subestação Lagos e término na subestação Campos 2; pela subestação Campos 2 500 kV; pelo novo pátio de 500kV na subestação Lagos. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A receita anual permitida (RAP) é de R\$117.000, corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Operação Comercial	Início Vencimento da Outorga
SE Campos 2	-	500kV	-	-	-	22/03/2024
SE Lagos – pátio novo	-	500kV	-	-	-	22/03/2024

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	2021	2020
Receita líquida	623.411	121.964
Custos dos serviços	(421.452)	(84.577)
Custos de construção	(420.897)	(84.053)
Custos dos serviços	(555)	(524)
Lucro bruto	201.959	37.387
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(560)	(638)
Lucro operacional	201.399	36.749
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	6.720	316
Despesas financeiras	(10.659)	(8)
Outros resultados financeiros, líquidos	(1.975)	(4)
	(5.914)	304
Lucro antes dos tributos	195.485	37.053
Tributos sobre o lucro	(66.465)	(12.592)
Diferido	(66.465)	(12.592)
Lucro líquido do exercício	129.020	24.461
Lucro básico e diluído por ação – R\$:	0,65	0,20

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	129.020	24.461
Outros resultados abrangentes	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(1.307)	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	444	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	128.157	24.461
Resultado abrangente do exercício	128.157	24.461

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	22.560	302	5.742	-	28.604
Aumento de capital	120.208	-	-	-	120.208
Capital integralizado	2.546	-	-	-	2.546
Lucro líquido do exercício	-	-	-	24.461	24.461
Destinação do lucro: (nota 13.2.b)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.223	-	(1.223)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	23.238	(23.238)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	145.314	1.525	28.980	-	175.819
Aumento de capital	44.444	-	-	-	44.444
Capital integralizado	9.556	-	-	-	9.556
Lucro líquido do exercício	-	-	-	129.020	129.020
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(863)	(863)
Destinação do lucro: (nota 13.2.b)	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	6.451	-	(6.451)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	122.569	(122.569)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	199.314	7.976	151.549	(863)	357.976

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A., que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional. Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado do Rio de Janeiro, compostas pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão terminal Rio – Lagos, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227 km, com origem na subestação terminal Rio e término na subestação Lagos; pelo primeiro e segundo circuito da linha de transmissão Lagos – Campos 2, em 500kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 101km, com origem na subestação Lagos e término na subestação Campos 2; pela subestação Campos 2 500 kV; pelo novo pátio de 500kV na subestação Lagos. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para março de 2024. A receita anual permitida (RAP) prevista é de R\$117.000 (data de referência: julho de 2018), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos. 1.1. **Corona virus ("Covid-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. b) **Impactos nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Seguimos monitorando as obras em andamento, adotando todas as medidas cabíveis ao alcance da Companhia para evitar e/ou mitigar possíveis atrasos. Até o momento, não houve impactos relevantes no cronograma original de entrada em operação dos projetos em andamento. 1.2. **Gestão de riscos financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para o risco de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os

3.2. Subestação em construção:

Projeto de Subestação - Características Físicas						
Subestação	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Operação Comercial	Início Vencimento da Outorga
SE Campos 2	-	500kV	-	-	-	22/03/2024
SE Lagos – pátio novo	-	500kV	-	-	-	22/03/2024

4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos					
Linha de Transmissão	Evolução Física em 31/12/2020	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2020 (R\$ Mil)		Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2021 (R\$ Mil)	
		31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
LT 500 KV Terminal Rio – Lagos	-	-	-	-	-
LT 500 KV Lagos – Campos 2	13%	85.284	53%	420.897	-
SE Lagos – pátio novo	-	-	-	-	-

* A Companhia acompanha o investimento por Lote e não por LT/SE

5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$117.000.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Projeto Linhas de Transmissão - Características Financeiras						
Linha de Transmissão	Propriedade Neoenergia Guanabara	RAP		Mês base de reajuste	Índice de Correção	
		(R\$ mil)	(R\$ mil)			
LT 500 KV Terminal Rio – Lagos	Neoenergia Guanabara	117.000	117.000*	Julho	IPCA	
LT 500 KV Lagos – Campos 2	Neoenergia Guanabara	-	-	Julho	IPCA	

Projeto de Subestação - Características Financeiras						
Subestação	Propriedade Neoenergia Guanabara	RAP		Mês base de reajuste	Índice de Correção	
		(R\$ mil)	(R\$ mil)			
SE Campos 2	Neoenergia Guanabara	117.000	117.000*	Julho	IPCA	
SE Lagos – pátio novo	Neoenergia Guanabara	-	-	Julho	IPCA	

* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	129.020	24.461
Ajustado por:		
Amortização	8	5
Tributos sobre o lucro	66.465	12.592
Resultado financeiro, líquido	5.914	(304)
Variações de ativos e passivos:		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(679.604)	(132.597)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	188.921	8.111
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	150	596
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	87.612	16.563
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(27.652)	(9.855)
Outros ativos e passivos, líquidos	(48.673)	5.466
Caixa líquidos consumido nas operações	(277.839)	(74.962)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	6.587	161
Tributos sobre o lucro pagos	-	(8)
Caixa consumido nas atividades operacionais	(271.252)	(74.809)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(71)	(47)
Caixa consumido nas atividades de investimento	(71)	(47)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	54.000	122.754
Captação de empréstimos e financiamentos	273.500	-
Mútuos recebidos (aplicados)	48.990	-
Caixa gerado nas atividades de financiamento	376.490	122.754
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	105.167	47.898
Caixa e equivalentes no início do exercício	53.001	5.103
Caixa e equivalentes no final do exercício	158.168	53.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis regulatórias e notas explicativas. 6.1. **Resultado Econômico Financeiro:**

DRE (R\$mil)	2021	2020	RS	%
(+) Receita líquida	623.411	121.964	501.447	411%
MARGEM BRUTA	623.411	121.964	501.447	411%
(+) Custos de construção	(420.897)	(84.053)	(336.844)	401%
(+) Outros custos	(555)	(524)	(31)	6%
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(560)	(638)	78	-12%
= Despesa Operacional	(422.004)	(85.210)	(336.794)	395%
EBITDA	201.407	36.754	164.653	448%
(-) Depreciação	(8)	(5)	(3)	0%
(-) Resultado Financeiro	(5.914)	304	(6.218)	-2045%
(-) IR/CS	(66.465)	(12.592)	(53.873)	428%
Lucro Líquido	129.020	24.461	104.559	427%

A Margem Bruta e as Despesas Operacionais da Companhia no ano alcançaram R\$ 623.411 mil, +411% vs. 2020 e -R\$ 422.004 mil, +395% vs. 2020, respectivamente, explicadas pela evolução das obras de construção em relação ao período anterior. Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$ 201.407 mil, aumento de 448%, em relação ao ano de 2020.

O Resultado Financeiro Líquido foi negativo em R\$ 5.914mil em 2021 (-2045% vs. 2020). A variação é devida principalmente a contratação de novos financiamentos em 2021 e à despesa com encargos de dívida, impactado pela variação do IPCA em relação ao ano anterior.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2021 de R\$ 129.020 mil, um aumento de 427% em relação ao ano anterior.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

7.1. **Perfil da Dívida:** Em dezembro de 2021, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$ 290.409 mil (dívida líquida R\$126.565mil). Em dezembro de 2021, a Companhia contava com 100% da dívida bruta contabilizada no curto prazo.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Guanabara, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Guanabara e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Guanabara. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Guanabara sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização. Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2021	2020
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	158.168	53.001
Instrumentos financeiros derivativos	10	5.676	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	1.220	78
Adiantamento a fornecedores	-	44.510	-
Outros ativos	-	143	516
Total do circulante		209.717	53.595
Não circulante			
Depósitos judiciais	11	38.216	10.105
Concessão do serviço público (ativo contratual)	8	862.655	175.701
Imobilizado	-	6	-
Intangível	-	134	77
Total do não circulante		901.011	185.883
Total do ativo		1.110.728	239.478
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	9	198.720	9.713
Empréstimos e financiamentos	10	290.409	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	-	1.040	890
Outros tributos a recolher	6.2	25.973	435
Indenizações fundiárias a pagar	-	-	8.425
Contas a pagar de operações de mútuo	12	51.556	-
Outros passivos	-	3.473	224
Total do circulante		571.171	19.687
Não circulante			
Outros tributos a recolher	6.2	79.796	16.252
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	81.735	15.715
Provisões	11	18.875	11.525
Outros passivos	-	1.175	480
Total do não circulante		181.581	43.972
Patrimônio líquido	13	-	-
Atribuído aos acionistas da Companhia	-	357.976	175.819
Total do patrimônio líquido		357.976	175.819
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.110.728	239.478

NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.438.913/0001-03 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

3. RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2021	2020
Receita de construção	642.427	125.899
Remuneração do ativo contratual	44.527	8.497
Total receita bruta	686.954	134.396
(-) Deduções da receita bruta	(63.543)	(12.432)
Total receita operacional líquida	623.411	121.964

As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2021	2020
Impostos e contribuições		
PIS e Cofins diferidos	(63.543)	(12.432)
Total	(63.543)	(12.432)

3.1. Política contábil: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quais estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um valor alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou IGP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5% a.a. e 11,5% a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16% a.a. e 17% a.a., nominal e antes dos impostos.

4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021			
	Custo de construção	Custos dos serviços	Custos dos (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(3.836)	(553)	(387)	(4.776)
Material	(396.486)	-	-	(396.486)
Serviços de terceiros	(14.822)	-	(99)	(14.921)
Depreciação e amortização	-	-	(8)	(8)
Provisão para processos judiciais	-	-	(1)	(1)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(8)	(8)
Outros	(5.753)	(2)	(57)	(5.812)
Total custos / despesas	(420.897)	(555)	(560)	(422.012)

	2020			
	Custo de construção	Custos dos serviços	Custos dos (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal	(2.442)	(523)	(544)	(3.509)
Material	(18.278)	-	-	(18.278)
Serviços de terceiros	(41.716)	-	(89)	(41.805)
Depreciação e amortização	-	-	(5)	(5)
Outros	(21.617)	(1)	-	(21.618)
Total custos / despesas	(84.053)	(524)	(638)	(85.215)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	6.587	161
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(328)	(15)
Atualização de depósitos judiciais	459	170
Outras receitas financeiras	2	-
	6.720	316
Despesas financeiras		
Encargos de dívida	(8.093)	-
Encargos sobre mútuo	(2.556)	-
Outras despesas financeiras	(10)	(8)
	(10.659)	(8)

	2021	2020
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	(10.513)	-
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	1.642	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(2.638)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos	9.620	-
Perdas com variações monetárias	(90)	(6)
Ganhos com variações monetárias	4	2
	(1.975)	(4)
Resultado financeiro, líquido	(5.914)	304

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

6.1. Tributos sobre o lucro: 6.1.1. **Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	2021	2020
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	195.485	37.053
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(66.465)	(12.598)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	-	6
Tributos sobre o lucro - diferido	(66.465)	(12.592)

6.1.2. Tributos diferidos:

	IR/CSLL	2021	2020
Ativo			
Provisão participação nos lucros e resultados		981	586
Prejuízo fiscal e base negativa		6.973	429
Outros		1.429	30
Total diferenças temporárias - ativo		9.383	1.045
Passivo (-)			
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato		(249.779)	(47.265)
Total diferenças temporárias - passivo		(249.779)	(47.265)
Total diferenças temporárias - líquido		(240.396)	(46.220)
Alíquota de IR e CS		34%	34%
Tributos sobre o lucro diferidos passivos, líquido		(81.735)	(15.715)

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	15.714	3.123
Efeitos reconhecidos no resultado	66.465	12.592
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	(444)	-
Saldo final do exercício	81.735	15.715

A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados nas projeções baseadas no planejamento estratégico. Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos, reconhecidos, está apresentada como segue:

	Entre 2032 e 2034	3.190
Ativo fiscal diferido		

6.1.3. Tributos correntes ativos:

	2021	2020
Imposto de renda - IR	1.213	71
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	7	-
Tributo sobre o lucro a recuperar	1.220	78
Circulante	1.220	78

6.2. Outros tributos a recolher:

	2021	2020
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	25.650	353
Programa de integração social - PIS ⁽¹⁾	14.240	2.899
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS ⁽¹⁾	65.602	13.354
Instituto nacional de seguridade social - INSS	51	42
Impostos e contribuições retidos na fonte	197	23
Outros	29	16
Total	105.769	16.687

Circulante	25.973	435
Não circulante	79.796	16.252

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão. **6.3. Política contábil e julgamentos críticos:** a) **Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. b) **Estimativas e julgamentos críticos:** Estimativas, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários. A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, com base em precedentes de jurisprudência aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	92	18
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	52.226
Fundos de investimento	158.076	757
	158.168	53.001

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 e de 99,3% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte movimentação em:

	2021	2020
Saldo inicial do exercício	175.701	37.484
Receita de construção	642.427	129.720
Remuneração do ativo contratual	44.527	8.497
Saldo final do exercício	862.655	175.701
Não circulante	862.655	175.701

8.1. Política contábil: O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que: De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	2021	2020
Material e serviços	198.720	9.713
Total	198.720	9.713
Circulante	198.720	9.713

A Companhia negociou com alguns fornecedores a alteração do prazo de vencimento para as novas compras de 45 para 161 dias, em média. Para essas novas compras, houve também alteração nos preços, indicando um custo financeiro médio de aproximadamente 14,83% a.a. Nessas circunstâncias, alguns fornecedores decidiram descontar seus recebíveis com instituições financeiras antes do vencimento original do título, sem que houvesse qualquer obrigação ou coobrigação da Companhia. Eventuais operações entre os fornecedores e as instituições financeiras, não alteram os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com os fornecedores, e, portanto, os saldos continuam a ser classificados como Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros no Balanço Patrimonial e os fluxos de caixa associados são incluídos nos fluxos de caixa da atividade operacional ou de investimento. Os juros incorridos são reconhecidos como custo de construção do ativo de contrato. Em 31 de dezembro de 2021, o valor presente dessas operações totalizou R\$ 148.745.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1. Dívida líquida:

	2021	2020
Empréstimos bancários	290.409	-
Empréstimos e financiamentos (nota 10.2.a)	290.409	-
(+) Instrumentos derivativos de dívida	(5.676)	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(158.168)	(53.001)
Dívida líquida (caixa líquido de dívida)	126.565	(53.001)

10.2. Empréstimos e financiamentos: a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2021
Denominados em R\$	
Indexados a taxas flutuantes	207.655
Denominados em US	
Indexados a taxas fixas	82.754
	82.754
Circulante	290.409
	290.409

b) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2021
Saldo inicial do exercício	-
Efeito no fluxo caixa:	
Captações	273.500
Efeito não caixa:	
Encargos incorridos	8.038
Variação cambial	8.871
Saldo final do exercício	290.409

10.3. Política contábil: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **10.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza swaps, contratos a termo, opções e outros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 15.7.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	2021
Contratados para proteção de dívidas:	
Swap de moeda - US\$ vs R\$	5.676
Exposição líquida	5.676
Ativo circulante	5.676
A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, designados para contabilidade de hedge ("hedge accounting"), conforme demonstrado abaixo:	
	2021
Derivativos designados para contabilidade de hedge - fluxo de caixa	
Contratados para proteção de dívidas	5.676
	5.676

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes:

	2021	
	Proteção de dívidas	Total
Saldo inicial		
Ganho (perda) reconhecido no resultado	6.983	6.983
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	(1.307)	(1.307)
Saldo final	5.676	5.676
Ganho (perda) reconhecido no resultado		
Resultado financeiro, líquido	6.983	6.983

10.5. Política contábil e julgamentos críticos: a) Política contábil: Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado, exceto se forem designados como hedge accounting e derivativos utilizados para compra/venda de participação de acionistas não controladores. As transações de derivativos que não são qualificadas como hedge accounting são classificadas e apresentadas como hedge econômico, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. A Companhia documenta no início da operação de hedge accounting, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de hedge são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa têm seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para o resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de hedge são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **b) Estimativa e julgamentos críticos:** O valor justo de instrumentos financeiros derivativos não negociados em mercado ativo é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os diversos métodos. Premissas são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. As premissas de avaliação dos derivativos e análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada nas notas 15.3 e 15.8, respectivamente.

11. PROVISÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2021	2020
Provisão para processos judiciais cíveis	18.875	11.525
	18.875	11.525
Não circulante	18.875	11.525

11.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais: a) Provisão para processos judiciais: A Companhia é parte envolvida em ações cíveis na esfera administrativa e judicial, relacionadas a processos de indenização fundiária, decorrentes de divergências entre o valor de avaliação da Companhia e o pleiteado pelo proprietário do imóvel. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais. Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Cíveis	
	2021	2020
Saldo inicial do exercício	11.525	5.905
Adições e reversões, líquidas	4.298	4.250
Atualizações monetárias	3.052	1.370
Saldo final do exercício	<	

NEOENERGIA GUANABARA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 28.438.913/0001-03 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. **Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

Swap US\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Efeito acumulado	
	2021	Vencimento (Ano)	Valor justo	Valor a receber/recebido ou a pagar/pago
	2021	2021	2021	2021
Empresa				
Ativo	US\$ 14.839	2021 - 2022	81.820	81.820
Passivo	R\$ 75.827		(76.144)	(76.144)
Risco de crédito líquido			5.676	5.676

15.8. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício (Saldo/ Nocional)	Exposição	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	158.076	14.464	(3.616)	(7.232)

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 19 de janeiro de 2022 foi aprovado aumento de capital social subscrito na Companhia em até R\$88.738, mediante a emissão de até 88.738.328 novas ações, sendo que sua integralização será realizada até 31 de dezembro de 2023.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores

Fabiano Uchoas Ribeiro
Juliano Pansanato de Souza

CONTADOR

Tiago Donatti Furigo - CRC-SP-338760/O-6

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. Campinas - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Guanabara Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria

realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Campinas, 17 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F
Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 18/02/2022 17:51
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link <http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 164513108979913c3ddc6046a4993b3b093fbc04c3